



CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS 2026

CARTA AOS CANDIDATOS E ÀS CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E AO PODER LEGISLATIVO EM 2026

Aos Candidatos e às Candidatas às Eleições de 2026,

A **Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)** representa o **Sistema Nacional de Fomento (SNF)**, o principal responsável pelo crédito para o desenvolvimento do Brasil. O Sistema reúne 35 instituições, entre bancos públicos federais e estaduais, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, sistemas cooperativos, Finep e Sebrae, que respondem por 45% do crédito do Brasil, R\$ 6,9 trilhões em ativos, atendem 75 milhões de clientes e estão presentes nos 5.570 municípios brasileiros. Sem o SNF, o desenvolvimento regional, a industrialização, o financiamento à inovação, o crédito às pequenas atividades econômicas e a infraestrutura para cidades sustentáveis não alcançam os territórios onde são mais necessários.

O Sistema Nacional de Fomento representa:



35

Instituições
associadas à ABDE



**R\$ 6,9
TRILHÕES**

Ativos Totais
do Sistema



**75
MILHÕES**

Clientes atendidos



5.570

Municípios com
presença do SNF



45%

Participação no
crédito brasileiro



66%

Participação no
crédito rural



76%

Participação no
crédito à
infraestrutura



98%

Participação no
financiamento a
estados e municípios



74%

Participação nos
financiamentos de
longo prazo

Capilaridade territorial: O SNF atua onde o mercado financeiro privado não alcança

A força do SNF está em promover o crescimento econômico sustentável com maior tolerância a riscos estruturais, horizontes de investimento de longo prazo, capilaridade e condições financeiras diferenciadas. O Sistema atua onde o mercado financeiro privado não alcança, em atividades de alto impacto positivo econômico, social e ambiental, como infraestrutura básica, pesquisa e desenvolvimento, transição energética e inclusão social. Sua métrica de sucesso transcende o retorno financeiro, priorizando o impacto positivo na sociedade, a geração de emprego e o cumprimento de políticas públicas, atuando

frequentemente como um agente contracíclico essencial para estabilizar e impulsionar a economia em momentos de crise ou estagnação.

Em 2025, o Sistema respondeu por 98% do financiamento aos estados e municípios brasileiros, 66% do crédito rural, 76% do crédito para infraestrutura e 74% do financiamento de longo prazo do Brasil. Nenhum outro instrumento de política pública combina alcance nacional, presença estadual e cobertura municipal nessa escala.

Esse desenho federativo é o que garante que o crédito de fomento financie, simultaneamente, a indústria, o agronegócio, a agricultura familiar, as pequenas empresas, a sustentabilidade, infraestrutura e inovação nas cinco regiões do país. Defender o Sistema Nacional de Fomento é defender o instrumento mais capilar de desenvolvimento econômico regional que o país construiu.

Contexto: Os desafios estruturais do Brasil

O Brasil chega ao ciclo 2027-2030 com avanços relevantes conquistados nas últimas décadas, principalmente no que se refere aos indicadores de desigualdades sociais e regionais, mas ainda com gargalos estruturais que limitam a transformação produtiva. O investimento em infraestrutura segue em 2% do PIB, e o investimento em ciência e tecnologia em 1,2%, com menos da metade originado do setor privado. Cerca de 100 milhões de brasileiros ainda carecem de coleta de esgoto. A informalidade atinge 40% da força de trabalho, e a produtividade nacional equivale a apenas 25% da americana. A superação desses desafios exige uma estratégia consistente de financiamento ao desenvolvimento, capaz de ampliar investimentos e impulsionar a competitividade da economia brasileira.

No campo climático, os eventos extremos já impõem perdas anuais superiores a R\$ 100 bilhões. A transição para uma economia de baixo carbono exigirá investimentos de mais de US\$ 1 trilhão até 2050. Em cada uma dessas frentes, o financiamento público de longo prazo é condição necessária, não acessória. Nenhuma política industrial, tecnológica, agrária, urbana ou climática se sustenta sem a infraestrutura de crédito que o SNF oferece.



É com base nessa posição que a ABDE apresenta às candidaturas à Presidência da República, Governos Estaduais e ao Poder Legislativo o seu posicionamento estratégico para o ciclo 2027-2030, organizado em torno de cinco eixos de política pública e de um Compromisso Mínimo que pedimos seja assumido publicamente pelas candidaturas.

AMBIENTE REGULATÓRIO E NORMATIVO

1. **Promover, no âmbito do Congresso Nacional, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e demais reguladores, a modernização do marco regulatório das Instituições Financeiras de Desenvolvimento dos estados**, diversificando seus instrumentos financeiros e assegurando tratamento regulatório e tributário compatível com sua função de fomentar o desenvolvimento econômico regional.
2. **Assegurar tratamento proporcional e adequado aos diferentes modelos institucionais que compõem o Sistema Nacional de Fomento – bancos públicos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sistemas cooperativos** - de forma a ampliar o alcance das políticas públicas, fortalecer a inclusão financeira e expandir o acesso ao crédito em todo o território nacional.
3. **Fortalecer as proposições do Sistema Nacional de Fomento em prol do desenvolvimento sustentável do País no Legislativo Brasileiro**, de maneira a contribuir com as pautas/agendas coordenadas pela Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento.

FINANCIAMENTO

4. **Instituir fontes alternativas de recursos**, que permitam às instituições do SNF oferecer crédito, sobretudo para projetos de maior risco, em condições diferenciadas e com custos adequados a investimentos de longo prazo.

5. **Apoiar a constituição de mecanismos e instrumentos financeiros inovadores** que possibilitem ampliar a captação de recursos públicos e privados, incluindo a criação de mecanismos de hedge público para captação em moeda estrangeira pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento regionais e nacionais, para fortalecer a agenda do financiamento sustentável junto a setores estratégicos e prioritários para o País.
6. **Preservar, ampliar e garantir os Fundos Públicos de Políticas Públicas** como polo agregador e indutor de investimentos estruturantes para o País, com a instituição de um arcabouço institucional que fortaleça a sua capacidade de atuação, governança, segurança jurídica, transparência e avaliação de eficiência e impacto.
7. **Fortalecer e ampliar os fundos garantidores de crédito**, de forma a diversificar a política de garantias e permitir com que o crédito chegue, efetivamente, a setores estratégicos e ao público que mais necessita.
8. **Apoiar a diversificação de funding e instrumentos financeiros na execução das políticas públicas de financiamento**, reconhecendo a descentralização como mecanismo vital para assegurar a proximidade com o cliente e conhecimento das realidades locais, a resiliência do sistema de fomento e a efetividade da política de crédito.

FORTALECIMENTO DO SETOR PRODUTIVO

9. **Fortalecer o financiamento da agricultura sustentável**, mediante ampliação de políticas públicas como o Plano Safra e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para promoção da Segurança Alimentar e da Resiliência no Campo, com vistas a adaptar os sistemas agroalimentares, aumentar a produtividade e a inserção em novas cadeias de valor globais.
10. **Consolidar o financiamento à indústria**, mediante adoção de um plano anual e permanente de financiamento ao setor, institucionalizando políticas industriais para promoção da competitividade e inovação.
11. **Criar, ampliar e fortalecer políticas públicas e instrumentos financeiros voltados a apoiar o empreendedorismo e as Micro e Pequenas Empresas**, que representam a maior parte dos empreendimentos brasileiros.
12. **Ampliar as políticas de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação das empresas brasileiras, integrando** universidades, centros de pesquisa, setor produtivo e Sistema Nacional de Fomento, de forma a fortalecer as fontes de recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis e criar novos mecanismos financeiros em prol de da soberania digital.

- 13. Promover políticas públicas para expansão da conectividade digital nas cinco regiões do País**, com foco na criação de instrumentos financeiros que ampliem a oferta de crédito a provedores regionais de internet e acelerem os investimentos, especialmente em pequenas cidades e regiões rurais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

- 14. Ampliar e modernizar instrumentos de financiamento para o desenvolvimento econômico sustentável**, promovendo crescimento, descarbonização da economia e uma transição ecológica justa, reconhecendo o papel das instituições financeiras de desenvolvimento como originadoras e distribuidoras do crédito.
- 15. Ampliar a capacidade de financiamento às cidades brasileiras para adaptação às mudanças climáticas, melhoria da mobilidade, habitação e condição de vida das pessoas**, mediante modernização do marco regulatório de financiamento ao setor público, com especial atenção aos limites de alavancagem dos bancos e à capacidade técnica e financeira dos municípios.
- 16. Fortalecer a integração entre Defesa Civil, áreas do desenvolvimento econômico e sistema financeiro de fomento** para atuação permanente no monitoramento e mitigação dos impactos dos efeitos climáticos e na rápida recuperação em eventuais eventos extremos, incentivando a criação de fundos permanentes para recuperação econômica pós-desastres e dotando o Sistema Nacional de Fomento de mecanismos automáticos para créditos emergenciais.

INCLUSÃO FINANCEIRA E SOCIAL

- 17. Fortalecer a inclusão financeira e produtiva por meio da ampliação dos programas, instrumentos e soluções de microfinanças e microcrédito, facilitando o acesso da população brasileira ao crédito**, especialmente de microempreendedores, trabalhadores autônomos, pequenos negócios e pessoas de baixa renda para apoiar a geração de receita, a expansão de atividades produtivas e o desenvolvimento local.
- 18. Promover a educação e a inclusão financeira e produtiva estimulando o uso responsável do crédito**, a promoção da cidadania, a organização financeira das famílias e dos pequenos empreendedores, e a tomada de decisões mais conscientes sobre endividamento, investimento e planejamento financeiro.

- 19.** Ampliar políticas públicas de fomento e financiamento voltadas à inclusão no ambiente produtivo, por meio de ações estruturadas para fortalecer o empreendedorismo feminino e a equidade de oportunidades para a população brasileira.
- 20. Fortalecer o cooperativismo como instrumento de desenvolvimento social,** promovendo sua participação na execução de políticas públicas de crédito e financiamento, com vistas a expandir o acesso a serviços financeiros, promover a inclusão produtiva e o fortalecimento das economias locais.

COMPROMISSO MÍNIMO

A ABDE solicita às candidaturas à Presidência da República e ao Poder Legislativo o compromisso com os seguintes pontos:

1. Reconhecimento do Sistema Nacional de Fomento como infraestrutura permanente de desenvolvimento, com preservação e fortalecimento da arquitetura institucional composta por bancos públicos federais e estaduais, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, sistemas cooperativos, Finep e Sebrae.
2. Modernização do marco regulatório de bancos de desenvolvimento e agências de fomento estaduais, de maneira a incorporar capacidades frente aos desafios contemporâneos.
3. Preservação e regulamentação dos fundos públicos como instrumentos estáveis de financiamento, subvenção e garantias ao agronegócio e agricultura familiar, à indústria, à inovação, às cidades, comércio e serviços, com ênfase à micro e pequena empresa, condição para que o desenvolvimento alcance as cinco regiões e os 5.570 municípios do país.
4. Compromisso com uma agenda integrada de financiamento da transição climática, articulando o Sistema Nacional de Fomento, os bancos multilaterais de desenvolvimento e os entes subnacionais para sustentar a adaptação das cidades brasileiras.
5. Compromisso com a educação financeira, inclusão financeira e produtiva e do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento econômico e social.

A ABDE coloca-se à disposição das candidaturas para apresentar, em reunião com suas equipes programáticas, os dados do Sistema Nacional de Fomento, suas projeções para o ciclo 2027-2030 e as condições técnicas necessárias para que o próximo governo conte com financiamento estável de longo prazo. Nossa equipe técnica oferece briefings setoriais, dados regionais e acesso direto a especialistas dos 35 associados da Associação.

Solicitamos, formalmente, agenda de reunião entre a Diretoria da ABDE e a coordenação programática de cada candidatura para aprofundar os temas aqui apresentados. Acreditamos que o ciclo eleitoral de 2026 é a oportunidade de consolidar, entre as principais

forças políticas do país, o entendimento de que o Sistema Nacional de Fomento é patrimônio nacional, instrumento de soberania econômica e condição para um desenvolvimento que alcance todas as regiões.

Com compromisso inalienável à democracia, à ordem constitucional e ao desenvolvimento sustentável do Brasil,

Diretoria da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)